

N.F. Nº - 441452.0279/18-0
NOTIFICADO - GUSTAVO QUEIROZ OLIVEIRA (PEDRAS SORVETES E LANCHONETE LTDA.)
NOTIFICANTE - TATIANA SIMÕES MIDLEJ SILVA DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.10.2023

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0175-05/23NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO PARCIAL AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. Cobrança da antecipação tributária parcial em transação interestadual. A Notificada trouxe aos autos documentação que direcionam as mercadorias adquiridas serem aquisições para o ativo imobilizado do seu estabelecimento. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal, Modelo **Trânsito de Mercadorias**, em epígrafe, lavrada em 02/09/2018, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 8.275,06, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 4.965,04, perfazendo um total de R\$ 13.240,10, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b”, do inciso III, do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d” da Lei de nº 7.014/96.

O Notificante **acrescentou na descrição dos fatos que se trata de:**

“Aquisição interestadual de mercadorias por contribuinte DESCREDENCIADO conforme DANFE de nº 421.356”.

encontram-se os seguintes documentos: a Notificação Fiscal de nº **4414520279/18-0**, devidamente assinada pela **Agente de Tributos Estaduais** (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a planilha de cálculo elaborada pela Notificante (fl. 05); cópia do DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº **421.356** procedente do Estado de São Paulo (fl. 08), emitida em **24/08/2018**, pela Empresa “Top Taylor Indústria e Comércio”, **venda de produção**, correspondente às mercadorias de NCM de nº 8418.69.10 (Máquina de Sorvete), 7326.90.90 (Kit Instalação) e 8479.82.10 (Spinner com Acionamento Lateral) objetos da notificação, tendo como destinatária a Notificada; cópia da consulta do histórico dos pagamentos efetuados pela Notificada na data de **02/09/2018**; consulta da situação da Notificada, tendo como resultado contribuinte descredenciado, art. 332, inciso III, alínea “e”.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de seu representante, manifestando impugnação, através de “Requerimento – Justificação apensada aos autos (fl. 15) protocolizada na IFMT NORTE/COORD. ATEND. na data de 14/02/2022 (fl. 14).

Em sua impugnação no modelo padrão da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no item “RAZÕES JUSTIFICATIVAS/COMPROVANTES” justificou “Equipamento destinado ao Ativo Imobilizado da Empresa MEI em processo de transição de alteração de Objeto e de Microempreendedor Individual – MEI para ME”.

Verifico que por força de norma publicada em 18/08/2018, referente ao Decreto de nº 18.558/18, não consta a Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, Modelo **Trânsito de Mercadorias**, em epígrafe, lavrada em **02/09/2018**, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 8.275,06, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 4.965,04, perfazendo um total de R\$ 13.240,10, em razão do cometimento da Infração (**054.005.008**) por **falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal baseou-se na alínea “b”, do inciso III, do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei de nº 7.014/96 e multa prevista no art. 42, II, “d” da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

A presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do Posto Fiscal Benito-Gama, e lavrada em relação ao DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº **421.356** procedente do Estado de São Paulo (fl. 08), emitida em **24/08/2018**, pela Empresa “Top Taylor Indústria e Comércio”, **venda de produção**, correspondente às mercadorias de NCM de nº 8418.69.10 (Máquina de Sorvete), 7326.90.90 (Kit Instalação) e 8479.82.10 (Spinner com Acionamento Lateral), sem o pagamento da **Antecipação Parcial antes da entrada no Estado da Bahia** por contribuinte **que não atendia ao estabelecido no inciso II, do § 2º, do art. 332 do RICMS/BA/12, para poder usufruir** do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária, destinadas a Microempreendedor Individual - MEI, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123/06 (art. 332, inciso III, alínea “e”).

Quanto ao mérito, em apertada síntese, a Notificada consignou que as mercadorias adquiridas se destinam ao Ativo Imobilizado da Empresa MEI em processo de transição de alteração de Objeto e de Microempreendedor Individual – MEI para ME.

Neste sentido, consultando as peças de defesas trazidas aos autos pela Notificada, averigua-se ter acostada à folha 22 o comprovante de inscrição e da situação cadastral da Notificada donde consta ter sido emitido na data de 03/09/2018, em que se constata que a sua **Atividade Econômica Principal** está alicerçada no CNAE de nº 5611-2/03 donde se classificam as “**Lanchonetes, casas de chá, de suco e similares**” alicerçada sob o porte de Microempresa – ME, tendo-se certificado a mudança da atividade econômica principal anteriormente alicerçada sob o CNAE 47.51-2/01 – Comércio Varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, agora suportando esta atividade em seus CNAEs secundários, conforme pode-se averiguar em Consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia de Informações do Contribuinte – INC onde também consta a mudança de porte tendo sido finalizado o Microempreendedor Individual – MEI, na data de 31/08/2018, anterior à presente lavratura.

Dados Cadastrais**Períodos - Simples Nacional**

Data inicial	Data final
06/06/2011	03/07/2023

Períodos - MEI

Data inicial	Data final
01/01/2017	31/08/2018

Cnaes Secundárias

Código	Descrição
4751201	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
4751202	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
8219901	Fotocópias
8219999	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
9511800	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

Neste sentido, analisando as mercadorias da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº 421.356 de NCM de nº 8418.69.10 (Máquina de Sorvete), 7326.90.90 (Kit Instalação) e 8479.82.10 (Spinner com Acionamento Lateral) entende esta Relatoria que se trata do entendimento trazido pela Notificada de serem aquisições para o ativo imobilizado de seu novo empreendimento “**Lanchonetes, casas de chá, de suco e similares**” o que torna incabível a exigência da antecipação parcial na forma prevista no art. 12-A da Lei de nº 7.014/96 nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização.

Isto posto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº 441452.0279/18-0, lavrada contra **GUSTAVO QUEIROZ OLIVEIRA (PEDRAS SORVETES E LANCHONETE LTDA.)**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 22 de setembro de 2023.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR